

A PRESENÇA FENÍCIA NO SUDOESTE IBÉRICO: INTERAÇÕES CULTURAIS, “MEDITERRANIZAÇÃO” E REFORMULAÇÃO DE IDENTIDADES NOS SÉCULOS VIII – V a.C.



Ronaldo G. Gurgel Pereira¹

Resumo: Este artigo discute aspectos da presença fenícia no sudoeste ibérico e a dinâmica dos contatos comerciais e culturais entre estrangeiros e nativos entre os séculos VIII e V a.C. Devido à ausência de documentação escrita, esses contatos só podem ser abordados a partir de um estudo da cultura material, geralmente de contexto funerário. Durante a transição para a Idade de Ferro, o Sudoeste peninsular estava organizado de modo a formar uma realidade geopolítica consistente, englobando o litoral algarvio, o litoral alentejano, o vale do Tejo e a Estremadura.

Palavras-chave: Fenícios; *Aegyptiaca*; Arqueologia; Portugal; Idade do Ferro.

Abstract: This paper deals with cultural aspects of the relationship between Phoenician traders and settlers with Southwestern Iberian tribes, throughout the study of material culture. The so-called “second wave of Phoenician colonization”, promoted during the 8th to 5th centuries BC produced unique results in the Atlantic façade of the Iberian Peninsula. The process of integration of ethnic groups into the Mediterranean network also triggered the creation of new identities.

Key-words: Phoenicians; *Aegyptiaca*; Archaeology; Portugal; Early Iron Age.

Resumen: Este artículo debate la relación entre los comerciantes fenicios y los colonos con las tribus ibéricas del suroeste, a lo largo del estudio de la cultura material. La “segunda ola de colonización fenicia”, promovida durante los siglos VIII al V a.C., produjo resultados únicos en la fachada atlántica de la Península Ibérica. El proceso de integración de los grupos étnicos en la red comercial y cultural mediterránea también desencadenó la creación de nuevas identidades.

Palabras-clave: Fenícios, *Aegyptiaca*, Arqueología, Portugal, Edad del Hierro.

Dossiê

INTRODUÇÃO

Este artigo surge no contexto do projeto de investigação intitulado: “A Database for the *Aegyptiaca* from the Iberian SW: Colonial Encounters and the Mediterraneanization of the Atlantic Iberian Societies (8th- 5th centuries BC)”, sob

¹ Doutor em Egiptologia pela Universidade de Basel, Suíça, Onassis Fellow (Universidade do Egeu, Rodas). Investigador Auxiliar – CHAM/ FCSH – Universidade Nova de Lisboa. Para consultar demais publicações do autor: <https://unl-pt.academia.edu/RonaldoGuilhermeGurgelPereira>. E-mail: ronaldo.gurgel@yahoo.de



a minha direção, no CHAM - FCSH da Universidade Nova de Lisboa, mas contando com o apoio do Departamento de Estudos Mediterrâneos da Universidade do Egeu (Rodes), Fundação Onassis e de colegas do Departamento de Arqueologia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Aegyptiaca são objetos egípcios de natureza religiosa-funerária que podem ser encontrados em todo o Mediterrâneo no contexto das navegações fenícias e gregas. Fenícios e gregos também produziram réplicas egipcizantes desse material, demonstrando que os dois povos recebiam alguma influência cultural e religiosa do Egito.

Durante os períodos Orientalizante e Arcaico, os *aegyptiaca* alcançaram a costa atlântica a partir de finais do século IX a.C., com o estabelecimento das colônias fenícias na Península Ibérica, demonstrando a existência de redes comerciais entre fenícios, elites tartéssicas e áreas ditas “periféricas” do território ibérico (CATALÁN, 2004).

O processo aqui denominado “orientalização” ou “mediterraneização” se refere ao processo de integração comercial e cultural da Península Ibérica ao restante do Mundo Mediterrâneo (ARRUDA, 2005). O contato entre colonos fenícios e tribos celtibéricas nativas provocou transformações dramáticas no modo de vida nativo. Essas transformações incluem uma rápida transição tecnológica do Bronze Final para a Idade do Ferro, por volta do final do século VIII a.C., e diferentes graus de assimilação de elementos religiosos-funerários fenícios ao longo do século e meio seguinte.

A reformulação dessas sociedades do Bronze Final tornou-as mais complexas socialmente, de modo a adquirirem uma hierarquia social completamente reestruturada. Nesse sentido, uma “orientalização” ou “mediterraneização” do Sudoeste Ibérico não implica numa “agenda civilizatória” fenícia, mas sim no resultado de um processo dinâmico de negociações e atualizações simbólicas (VAN DOMMELEN, 2012).

Não se sabe ao certo a identidade dos portadores dos amuletos egipcizantes e demais *aegyptiaca*. Todavia, o material encontrado em contexto funerário demonstra o consumo de bens fenícios/egipcizantes/orientalizantes pela nova elite nativa, o que implica ainda na adoção de elementos externos às suas práticas funerárias.

A PRESENÇA FENÍCIA NO SUDOESTE IBÉRICO

A partir do século IX a.C., com o estabelecimento das primeiras populações fenícias no litoral Ibérico, surgem as primeiras áreas de “encontros coloniais” na região.



Essas áreas possibilitaram o estabelecimento de relações contínuas entre duas comunidades de origens geográficas e históricas distintas. O consumo de bens fenícios pelos nativos ocorreu em conjunto com a transmissão de novas tecnologias e técnicas de trabalho. A Península Ibérica era então habitada por uma grande quantidade de comunidades nativas culturalmente diversas. Essas diferenças incluíam desde tecnologia a estruturas sociais e hábitos cotidianos (AUBET, 1993).

Nesse contexto, a presença fenícia teve um efeito homogeneizador, no sentido de ter desencadeado a transição tecnológica para a Idade do Ferro na região. Consequentemente, todas aquelas comunidades indígenas sofreram transformações internas, tornando-se mais complexas e hierarquizadas.

Esse processo de reestruturação foi intensificado a partir da segunda onda de colonização, durante os séculos VIII e VII a.C. Novos assentamentos fenícios foram então estabelecidos no Sudoeste Ibérico, tendo origem na iniciativa de colonos da área de Cádiz-Málaga e estendendo-se pelo litoral atlântico até o vale do Tejo. A partir desse novo momento, seguiu-se também a transição para uma “colonização integradora” (ARRUDA, 2015).

Essa nova onda colonizadora e integradora foi possível, graças aos esforços conjuntos de fenícios da segunda e terceira gerações de residentes na área de Cádiz e elites indígenas orientalizadas, genericamente denominadas “tartéssias”.

Contudo, é preciso esclarecer sob quais critérios estabelecemos a natureza das relações entre fenícios e nativos como, *de facto*, uma “colonização”. Nesse caso, não se trata de uma premissa fenícia de superioridade moral face ao não-fenício. Aqui, por “colonização” entende-se:

“(…) the presence of one or more groups of foreign people (the colonizers) in a region at some distance of their own place of origin and asymmetrical socio-economic relationships between the colonizing and colonized groups – ‘inequality’ in a single word.” (VAN DOMMELEN, 2012, p.398).

Contudo, ao se apresentar a relação fenícios-nativos como uma “colonização”, surge ainda a possibilidade de se reduzir as interações entre os grupos como uma assimilação passiva e monolítica, o que é falso. Dados arqueológicos comprovam que diferentes comunidades assimilaram diferentes aspectos da cultura fenícia (ARRUDA, 2015). A evidência arqueológica aponta para a existência de estratégias e demandas específicas a serem supridas pela cultura material fenícia.



Por um lado, novos elementos de origem oriental são assimilados pelas comunidades nativas, provocando a integração de povos ibéricos à rede comercial e cultural mediterrânea. Todavia, a cultura fenícia não foi acriticamente assimilada pelos nativos. A presença fenícia na Andaluzia oriental (Espanha) assumiu características distintas daquele fenômeno ocorrido na região atlântica (Portugal).

Portanto, as relações entre fenícios e nativos, ainda que assumam um caráter “colonizador” devem ser entendidas como fenômenos dinâmicos e heterogêneos. Os encontros coloniais incorporavam uma série de experiências mediadoras, incluindo necessidades pragmáticas e alianças por conveniência de uma ou de outra parte.

Naturalmente, a desigualdade, o conflito e a tensão estão presentes em diversos graus e sempre produzem resistência simbólica. Mas ainda assim, a colonização fenícia do Sudoeste não deve ser interpretada sob uma ótica maniqueísta, polarizando as partes como meros dominantes *versus* dominados. Está suficientemente comprovado que a presença fenícia era, *a priori*, negociada e, por fim, consentida (ARRUDA, 1999-2000).

Por fim, mesmo tendo sido conduzida sem o suporte maciço de intervenção militar, a colonização fenícia provocou o colapso de estruturas sociais completas, que, posteriormente deram origem a algo novo. O mero impacto econômico da presença fenícia, com o aumento da população local e crescimento da competição por recursos foi grave a ponto de provocar o colapso e o abandono sistemático dos assentamentos nativos do Bronze no Além Tejo (ARRUDA, 2014), bem como na Extremadura e Andaluzia (ARRUDA, 2015).

ASSENTAMENTOS FENÍCIOS E “MEDITERRANIZAÇÃO” DO TERRITÓRIO

Os fenícios tendiam a escolher uma tipologia de terreno bastante específica para estabelecerem os seus assentamentos. A topografia dos assentamentos fenícios sempre privilegiava as posições costeiras, sejam pequenas ilhas ou penínsulas próximas à foz de rios navegáveis. Assim, garantia-se fácil acesso às regiões do interior do território.

No território atualmente português, houve dois tipos de assentamentos fenícios no Sudoeste Ibérico (Fig. 1). Algumas colônias foram comprovadamente fundadas “*ex novo*”, como Abul (MAYET – SILVA, 1994) e Santa Olaia (ROCHA, 1908; PEREIRA, 1997).

Outros sítios, de origem nativa, vieram a receber “bairros” fenícios, como Conímbriga (ALARCÃO, 1976), Alcácer do Sal (SILVA et al., 1980-1981), Almaraz (BARROS et al., 1993), Castro Marim (ARRUDA, 1999-2000), Lisboa (ARRUDA, 1999-2000; 2015), Santarém (ARRUDA, 1993; 1999-2000) e Tavira (MAIA, 2000; 2003).



O sul da Península Ibérica e os principais sítios fenícios e/ou orientalizantes do Sudoeste (PAPPA, 2012, p. 7).

Em todos esses locais a língua fenícia também era falada, uma vez que existem indícios de epigrafia em Tavira (ZAMORA LÓPES, AMADASI GUZZO, 2008) e Lisboa (ARRUDA, 2014), inclusive dedicações funerárias mencionando nomes indígenas.

O estuário do Sado apresenta uma presença bem documentada de atividade comercial fenícia. Os assentamentos de Abul, Setubal e Alcácer do Sal são ricos em objetos orientalizantes, incluindo *aegyptiaca* (Fig. 3b) – amuletos egípcios e/ou réplicas egípcizantes produzidas por fenícios e gregos, que inundaram o mundo Mediterrâneo com as expansões marítimas dos dois povos.

A abundância e a antiguidade do material fenício e orientalizante encontrado no estuário indicam que Alcácer do Sal foi uma espécie de “portão” para o estuário e o interior. Isso derruba a teoria defendida pela chamada “Escola de Madrid” (TORRES, 2005; ALMAGRO-GORBEA et al., 2009) em que

a presença fenícia no litoral português se daria em consequência de incursões terrestres de fenícios e tartéssios, do Leste.



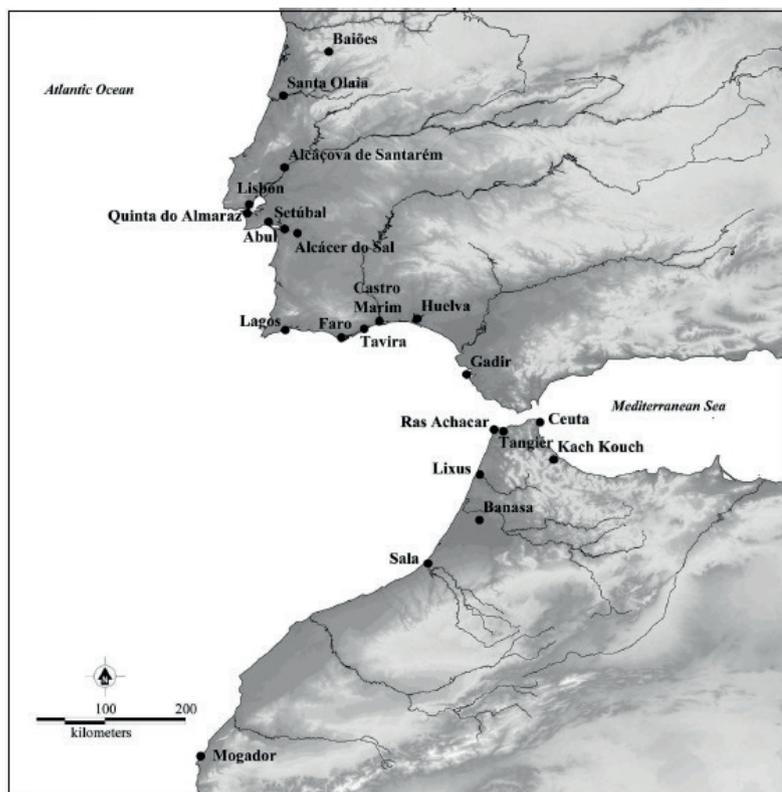
A arqueologia também demonstra como essas regiões do território português abrigam diversas necrópoles com fortes paralelos com as necrópoles fenícias da área de Gibraltar. Alguns estudos recentes apresentam datações C14 para o material obtido em território português (ARRUDA, 2005; BARRO-SOARES, 2004).

Esses estudos oferecem paralelos claros com material fenício das necrópoles andaluzas, especificamente em Toscanos, nível 1 (ALMAGRO-GORBEA, 1970) e Mezquitilla, fase 2 (SCHUBART, 1982; 1983). Outros paralelos possíveis incluem as necrópoles de Acnipo (AGUAYO et al., 1991) e Cerro de la Mora (CASTRO, LLUL e MICÓ, 1994), correspondendo cronologicamente com a segunda geração de contatos entre fenícios e os povos indígenas da *hinterland* de Málaga.

Não há evidência arqueológica que suporte posições pós-coloniais/ pós-modernistas que retratam a colonização fenícia como integradora através da hibridização de comunidades nativas (SANCHÉZ, 2006; MARIN-AGUILERA, 2015).

Autores de inclinação pós-colonial tendem a atribuir demasiado protagonismo aos nativos, que acabam por assumir sozinhos a tarefa de seleção dos elementos culturais estrangeiros que merecem ser assimilados em cada comunidade. O resultado dessa abordagem seria um maniqueísmo reverso, privando os fenícios de qualquer papel na transição para a Idade do Ferro.

A gradual homogeneização das práticas funerárias poderia ser o resultado dessa transição para a Idade do Ferro. Todo o mundo Mediterrâneo, incluindo agora a costa atlântica (Fig. 2) apresentam certa uniformidade, ou, “padronização” dos ritos e práticas funerárias. Os espólios arqueológicos encontrados em tais contextos partilham das mesmas técnicas e estilos decorativos.



O Atlântico e os principais sítios fenícios e/ou orientalizantes (PAPPA, 2012, p. 8).

Por outro lado, as necrópoles pós-orientalizantes da Idade do Ferro (séculos VI – IV a.C.) do interior do Alentejo (Fig. 3a), ainda demonstram casos típicos de resistência simbólica (SANTOS et al., 2009). Uma vez que se trata de espaços dedicados à memória, eles alojam os últimos reminiscências da arquitetura e rituais nativos.

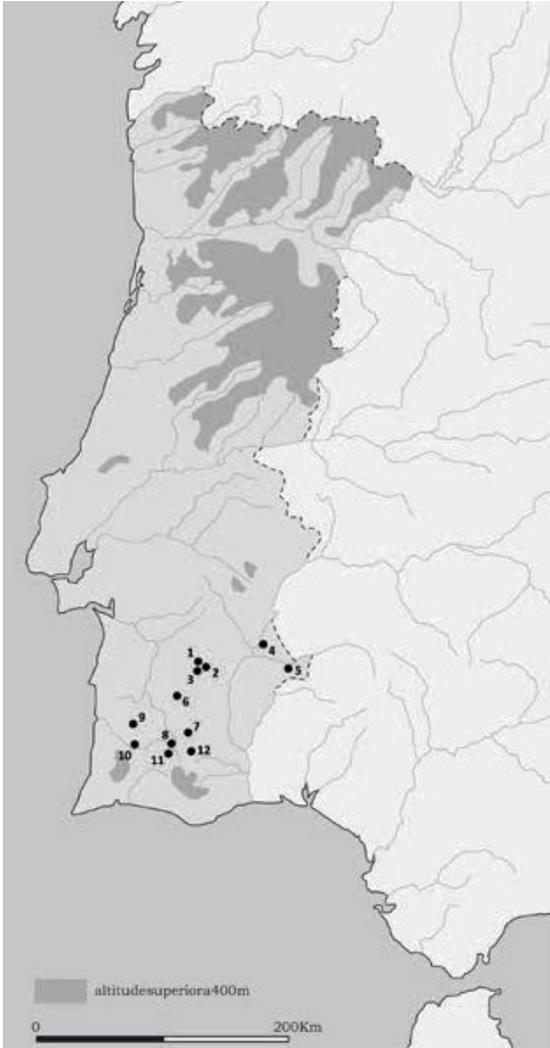
Ironicamente, o enxoval funerário encontrado nessas necrópoles – incluindo amuletos egípcios e/ou egipcizantes, adornos de cornalina e pasta vítrea, recipientes de perfumes em vidro e cerâmica, ânforas e cerâmica grega - revela o emprego de tecnologia e técnicas mediterrâneas (Figs. 3b-e).

Assim, comprova-se que mesmo em sítios de aparente resistência à assimilação são caracterizados pelo consumo diferenciado de produtos exógenos no contexto de suas práticas sociais. Portanto, lugares como esses ilustram o

colapso dos modos de vida antigos e o início de uma subsequente ruptura de identidades.



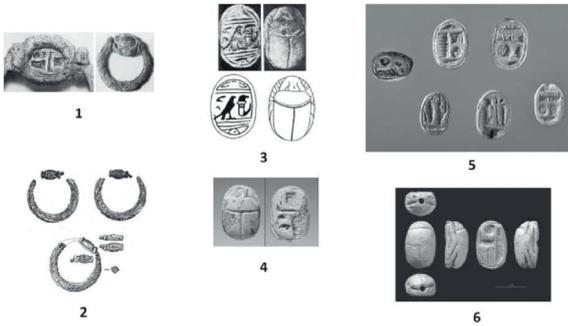
FIGURA 3A



Dossiê

Necrópoles do Baixo Alentejo com material fenício e/ou orientalizante (adaptado de GOMES, 2014, p. 30). Sítios com materiais analisados por Gomes (2014) com localizações aproximadas: 1 – Vinha das Calças; 2 – Palhais; 3 – Carlota; 4 – Azougada; 5 – Cabeço Redondo; 6 – Côte Margarida; 7 – Núcleo de Neves-Corvo (Neves I, Neves II, Corvo I); 8 – Núcleo de Ourique-Aldeia de Palheiros (necrópoles de Fernão Vaz, Mealha Nova, Fonte Santa, Favela Nova e Chada e povoado de Fernão Vaz); 9 – Pardieiro; 10 – Nora Velha; 11 – Herdade do Pêgo; 12 – Monte Beirão.

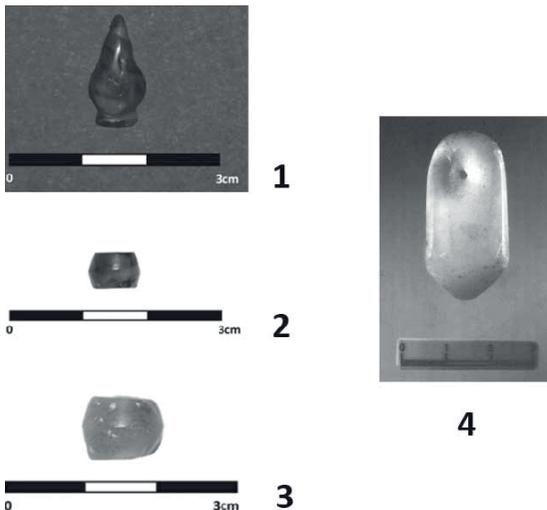
FIGURA 3B



Alguns selos e amuletos de escaravelhos egípcios e egipcizantes encontrados. Amuletos (escaravelhos/escarabóides) de tipo egípcio: 1-Mealha Nova; 2-Favela Nova; 3-Fonte Santa; 4-Côrte Margarida; 5-Vinha das Caliças 4; 6-Palhais. Adaptado de Gomes (2014, p. 31).

Os amuletos egípcios tendem a ser portados por mulheres e crianças. O seu emprego geralmente está associado à proteção de mães e filhos. Entretanto, homens poderiam ainda utilizá-los como selos pessoais. Escaravelhos eram um elemento interessante para o comércio de bens de luxo, uma vez que eram valiosos, pequenos, leves e fáceis de transportar.

FIGURA 3C

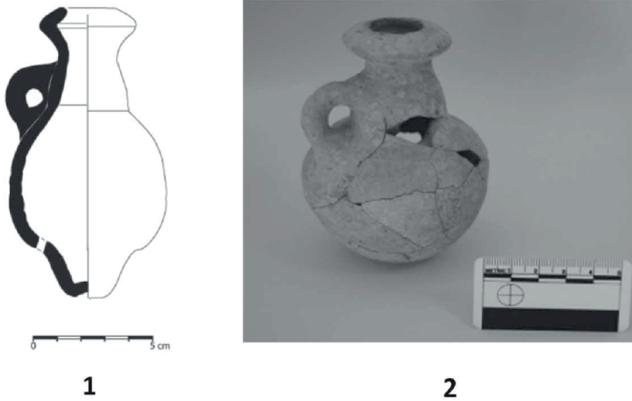


Algumas peças de cornalina: 1 a 3 – Vinha das Caliças 4; 4 – Pardieiro. Adaptado de Gomes (2014, p. 32).

Uma estratégia comercial fenícia típica era criar a demanda por bens de luxo, junto a elites locais. Em seguida eles atendiam a essa demanda em troca dos bens que lhes interessavam comercialmente (AUBET, 2001).



FIGURA 3D

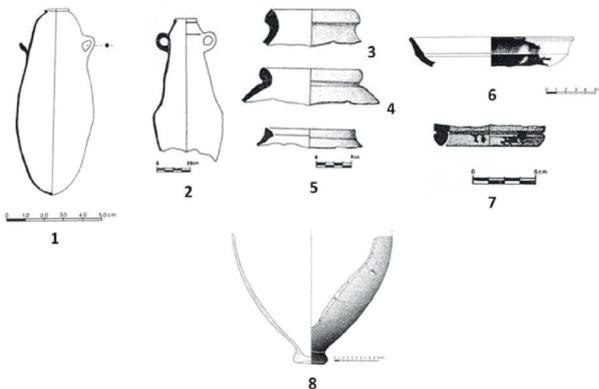


Unguentário/alabastro de pasta vítrea: 1-Palhais; 2-Carlota. Adaptado de Gomes (2014, p. 34).

A presença de cosméticos insere-se nesse contexto de importações de luxo. Contudo, os unguentários em contexto funerário implicam em uma necessidade de cosméticos também do além.

Dossiê

FIGURA 3E



Material anfórico e cerâmicas. Ânforas: 1-Neves I; 2 a 5-Neves II. Cerâmica Ática: 6-Neves I; 7-Neves II. Ânfora Grega: 8-Monte Beirão. Adaptado de Gomes (2014, p. 37).



Material cerâmico variado demonstra que importações provenientes do Mundo Grego e de assentamentos fenícios do Sul da Península Ibérica (Neves I – II). A presença dessas importações aponta para a existência de uma rota ibérica de redistribuição de bens provenientes do Mediterrâneo Oriental. Os portos fenícios do Sul ibérico atuavam como centros de redistribuição regional para o interior do território em parceria com as elites nativas, que controlavam os acessos aos seus respectivos territórios.

INTERAÇÕES CULTURAIS E A RUPTURA DE IDENTIDADES ÉTNICAS

A corrente pós-freudiana de autores define “identidade” como o resultado de assimilações inconscientes de um universo simbólico já pré-estabelecido. Esse universo simbólico inclui a língua, a estrutura social, rituais religiosos, tradições, tabus, etc. Um grupo que partilhe do mesmo universo simbólico é então considerado um grupo étnico (BARTH, 1969).

As diferenças étnicas canalizavam a vida social no Sudoeste Ibérico da Idade do Bronze. A identidade étnica emoldurava uma complexa rede de comportamentos ancestrais e relações sociais baseadas no respeito às tradições dos antepassados. Assim, o presente era compreendido como uma repetição do passado e o sentido do universo simbólico era sustentado pela ideia de imutabilidade do passado e do presente.

Nesse tipo de comunidade, para que um indivíduo seja reconhecido como parte do grupo étnico, este deveria partilhar dos mesmos critérios norteadores das suas relações, ou seja, as mesmas tradições ancestrais. Logo, independentemente de existirem divergências regionais, aquelas comunidades viam-se unanimemente como continuadores e perpetuadores do passado.

Uma vez que a etnicidade se define de acordo com características culturais, o discurso da identidade pressupõe que os bens simbólicos são naturalmente estabelecidos. Essa certeza da naturalidade do mundo está constantemente sob pressão oriunda da percepção do elemento externo, ou seja, da “alteridade”. O “outro” é o elemento que traz riscos de subversão da ordem proposta pela identidade (DERRIDA, 1981).

Por isso, a estabilidade das relações entre indígenas e fenícios pressupõe o desenvolvimento de mecanismos sociais capazes de coordenar as situações de contato. Tal mecanismo estabeleceria condições para as situações sociais e permitiriam que certos setores das sociedades nativas privassem de maior articulação com os estrangeiros, como por exemplo, artífices e elites locais.



As comunidades nativas, dado serem heterogêneas, institucionalizavam diferentes comportamentos diante de novas oportunidades. As identidades são fluidas e estão constantemente em movimento no tempo (em relação aos ancestrais) e no espaço (em relação aos vizinhos e natureza). Desse modo, novas identidades tendem a ser propostas de modo a conciliarem inovações para que a relação com o “outro” mantenha-se válida.

Quando as interações entre fenícios e nativos alcança uma intensidade maior, provocando o surgimento de “bairros” fenícios, é de se esperar um movimento no sentido de diluição e redução da percepção das diferenças entre os dois grupos.

Devemos ter em consideração que o colonizador fenício desempenhou um papel crucial no processo de construção de novos modelos sociais, criados pela dinâmica imprevisível das interações sociais.

Por sua vez, os dados arqueológicos apontam que a adoção de um “pacote de cultura oriental” pelas comunidades nativas ocorria de modos diversos, o que expõe as assimetrias regionais das sociedades indígenas em contato com os fenícios (ARRUDA, 2015). Tanto colonos como indígenas contribuíram ativamente para o processo de transformação cultural que decorreu dos contatos.

Realmente, a partir do século VI a.C. todo o território sul de Portugal já estava profundamente orientalizado (ARRUDA, 2005). A colonização provocou a desintegração dos sistemas sociais nativos, que por sua vez, foi reformulada com a incorporação de diferentes aspectos da cultura fenícia pelas sociedades nativas. Uma vez que os nativos permaneciam ligados às suas terras ancestrais, as raízes de suas identidades permaneciam estáveis (SAID, 1990).

Caberia então às elites nativas a restauração da “normalidade” simbólica de suas comunidades a fim de manterem a coesão social e o seu *status quo* nessa nova sociedade em formação. Uma vez que o conceito de passado estava intrinsecamente associado ao da posse da terra dos seus ancestrais, os seus valores mais essenciais permaneceram a salvo do alcance das inovações orientalizantes sofridas pela arquitetura e ritos funerários.

Em suma, houve algum zelo para impedir que as inovações orientalizantes criassem contradições graves na estrutura social. Assim, as sociedades nativas tinham ainda a capacidade de produzirem discursos de identidade enquanto continuidade linear dos seus ancestrais, a despeito das transformações sociais em curso (HOBSBAWN, 1983).



Algumas comunidades nativas assimilaram as novas tecnologias e elementos culturais disponibilizadas pelos contatos comerciais com a população estrangeira. Outras comunidades mantiveram-se à parte e por razões diversas, os seus assentamentos ancestrais do Bronze Final foram todos abandonados (ARRUDA, 1990-2000; 2005; 2014).

O desaparecimento dos modelos culturais pré-existentes naquelas comunidades da Idade do Bronze ocorreu em apenas um século e meio. Essa drástica transformação da geografia humana local demonstra com clareza como a colonização cria desequilíbrios no quesito de recursos disponíveis e das tensões sociais. Mas cabe ressaltar que não se trata de uma colonização armada, produto de campanhas militares. Neste estudo de caso comprova-se uma dominação de caráter colonial a partir de coerção econômica e dependência tecnológica, não como um processo de controle ideológico (VAN DOMMELEN, 2012).

Assim, as transformações sofridas pelas sociedades ibéricas no contexto da sua transição para a Idade do Ferro não são, necessariamente, um produto de uma agenda deliberada de “fenicização” do nativo. Trata-se de um fenômeno produzido espontaneamente, pela dinâmica imprevisível das relações sociais cotidianas (SAHLINS, 1985).

Nossa abordagem do tema propõe que esse processo de reformulação de identidades é norteado pela necessidade de preservação da ideia de “normalidade” que mantém a coesão social de cada grupo. Essa normalidade, para ser preservada, depende da manipulação da “memória cultural” dessas sociedades. Por “memória cultural” entende-se que o processo de lembrança e esquecimento são, em última instância, decisões tomadas inconscientemente pelo grupo como um todo. Portanto, a chave para se compreender as dinâmicas desse conceito reside no estudo do seu processo de socialização (HALBWACHS, 1925). O que importa nesse processo é a ideia de continuidade; e não alguma dimensão de “factualidade histórica”.

A ideia de continuidade gera a noção de que se vive um período pacífico. Logo, possíveis forças disruptoras da teia de significação simbólica são sempre reconhecidas como ameaçadoras e caóticas.

Por isso, a adoção de costumes orientalizantes ou “mediterraneizadores” tem que ser naturalizada dentro das práticas mantenedoras da ordem social, para que assim a sua contraditoriedade não ameace o equilíbrio social e o *status quo* (HOBSBAWN, 1983). Desse modo, a reprodução de discursos de



identidades visa a preservação das identidades a despeito de fenômenos que provoquem a sua descaracterização.

As sociedades ditas mediterraneizadas que emergiram da transição para a Idade do Ferro eram mais hierarquizadas. A adoção de inovações tecnológicas e novas técnicas de artesanato pelos nativos podiam ser defendidas pelas suas elites como medidas necessárias para tornarem as suas comunidades mais competitivas contra rivalidades ou inimigos, por exemplo.

Assim, a idealização do passado e a sua ligação com o presente mantêm-se inabaladas, uma vez que as comunidades ainda se legitimam como protetoras das terras e tradições ancestrais.

Por sua vez, com os colonos fenícios enquadram-se na definição de “translation identity” (ROBINS, 1991). Eles se reconhecem eternamente como um grupo disperso de sua pátria original. Logo, os fenícios percebem que precisam negociar com diferentes culturas e lugares onde construíram os seus assentamentos.

Não há aqui um sentimento ou um discurso de superioridade moral sobre o “outro” (em comparação com o caso grego). Mesmo assim, são ciosos de suas tradições e cultura e cuidam para que, durante o processo de assimilação, não percam completamente as suas próprias identidades.

O presente projeto não pode oferecer uma conclusão definitiva para o problema, que ainda está em pleno debate acadêmico. Contudo, os avanços recentes nos estudos sobre os contatos entre fenícios e não-fenícios em território atualmente português são muito promissores.

A criação de um banco de dados para os *aegyptiaca* do Sudoeste Ibérico insere-se nesse esforço de modo a colaborar com a caracterização do receptor desses artefatos.

BIBLIOGRAFIA

AGUAYO, Pedro, *et al.*. Excavaciones arqueológicas en el yacimiento de Ronda la Vieja (Acinipo), Campaña de 1988. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, Cádiz, vol. II, 1991, p. 309-314.

ALARCÃO, Jorge. Céramiques préromaines. In: ALARCÃO, Jorge *et al.* (eds.), *Fouilles de Conimbriga VI*, Bocard: Paris, 1976, p. 3-17.

ALMAGRO-GORBEA, Martín, *et al.* *La Necrópolis de Medellín III*, Real Academia de La Historia: Madrid, 2009.



ALMAGRO-GORBEA, Martin. Las fechas del C-14 para la Prehistoria y la Arqueología peninsular. In: **Trabajos de Prehistoria**, 29, CSIC: Madrid, 1970, p. 228-242.

ARRUDA, Ana Margarida. Intercultural Contacts in the Far West at the Beginning of the 1st Millennium BC. In: BABBI, Andrea, *et al.* (eds). **The Mediterranean Mirror: cultural contacts in the Mediterranean Sea between 1200 and 750 BC**. Mainz: RGZM, 20, 2015, p. 269-283.

ARRUDA, Ana Margarida. A Oeste Tudo de Novo: novos dados e outros modelos interpretativos para a orientalização do território português. In: **VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos**. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ): Lisboa, 2014, p. 512-535.

ARRUDA, Ana Margarida. Orientalizante e Pós-Orientalizante no Sudoeste peninsular: geografias e cronologías. In: CELESTINO, Sebastián *et al.* (eds). **El Periodo Orientalizante (Anejos de Archivo Español de Arqueología 35)**, CSIC: Madrid, 2005, p. 277-303.

ARRUDA, Ana Margarida. Los fenicios en Portugal. Fenicios e indígenas en el centro y sur de Portugal (VIII-VI a.C). **Cadernos de Arqueologia Mediterranea 5-6**, Publicaciones del Laboratório de Arqueologia Universidad Pompeu Fabra: Barcelona, 1999-2000.

ARRUDA, Ana Margarida. A ocupação de Idade do Ferro da Alcáçova de Santa-rém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. In: TAVARES, António (ed.). **Os Fenícios no Território Português (Estudos Orientais 4)**. Revista Portuguesa de Arqueologia: Lisboa, 1993, p. 193-214.

AUBET, Maria Eugénia. **The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BARROS, Luis, *et al.* Fenícios na margem Sul do Tejo. TAVARES, António (ed). Os Fenícios no Território Português (Estudos Orientais 4). **Revista Portuguesa de Arqueologia**: Lisboa, 1993, p. 143-181.

BARROS, Luis, SOARES António Manuel. Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz. In: **O Arqueólogo Português**, Lisboa, vol. 4, n. 22, 2004, p. 333-352.

BARTH, Fredrik. Pathan Identity and its Maintenance. In: BARTH, Fredrik. (ed). **Ethnic Groups and Boundaries**. The Little, Brown and Company: Boston, 1969, p. 113-134.

CATALÁN, Manuel Pellicer. De Laurita a Tavira: una perspectiva sobre el mundo funerário fenício en Occidente. In: **El Mundo Funerário: Actas del III Seminário Internacional sobre temas fenícios**. Diputación Provincial de Alicante: Alicante, 2004, p. 13-42.

CASTRO, Pedro, LLUL, Vicente, MICÓ, Rafael. **Cronología de la Prehistoria Reciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800 – 900 cal. ANE)**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

DERRIDA, Jacques. **Writing and Difference**. London: Routledge, 1981.

GOMES, Francisco. Importações Mediterrâneas em Contextos «Pós-Orientalizantes» do Sul de Portugal (Séculos VI – IV A.N.E.). **Revista Onoba**: Huelva, n.2, 2014, p. 27-44.

HALBWACHS, Maurice. **Les Cadres Sociaux de la Memoire**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925.



HOBSBAWN, Eric., RANGER, Terence (eds). **The Invention of Tradition**. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

MAIA, Maria. Fenícios em Tavira. In: **Tavira: território e poder**. Museu Nacional de Arqueologia: Lisboa, 2003, p. 57-72.

MAIA, Maria. Tavira fenícia: o território a Ocidente do Guadiana, no início do I milénio a.C. In: PRATS, Alfredo Gonzales (ed). **Fenícios y territorio: actas del II Seminario Internacional sobre temas fenicios (Gardamar del Segura 1999)**. Diputación Provincial de Alicante: Alicante, 2000, p. 121-150.

MARIN-AGUILERA, Beatriz. Borderlands of in the Making: Deterritorialisation in South Iberia (9th-6th centuries BC). **Complutum**: Madrid, vol 26, (1), 2015, p. 189-203.

MAYET, Françoise, SILVA, Carlos Tavares. L'établissement phénicien d'Abul, Portugal. In: **Comptes-rendus des séances de l'année - Académie des inscriptions et belles-lettres**. Académie des inscriptions et belles-lettres: Paris, 1994, p. 171-188.

PAPPA, Eleftheria. Retracting the divisions? Fresh perspectives on Phoenician settlement in Iberia from Tavira, Portugal. In: **Tijdschrift voor Mediterrane Archeologie**: Groningen, 47, 2012, p. 7-13.

PEREIRA, Isabel. Santa Olaia e le commerce atlantique. In: ETIENNE, Robert., MAYET, Françoise (eds). **Itinéraires Lusitaniennes**. Boccard: Paris, 1997, p. 209-253.

ROBINS, Kevin. Tradition and translation: national culture in its global context. In: CORNER, John, HARVEY, Sylvia. (eds). **Enterprise and Heritage: crosscurrents of National culture**. Taylor & Francis: London, 1991, p. 21-43.

ROCHA, António dos Santos. Memórias e Explorações Arqueológicas II: estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira. **Portugália**: Coimbra, vol. 2, 1908, p. 302-356.

SAHLINS, Marshall. **Islands of History**. Chicago, University of Chicago Press, 1985.

SAID, Edward. Narrative and Geography. **New Left Review**: London, 180, March-April, 1990, p. 81-100.

SANCHÉZ, Jaime Vives-Ferrandiz. Negociando Encuentros – Situaciones coloniales e intercambios en la costa oriental de la península ibérica (siglos VIII – VI a.C.). **Cadernos de Arqueología Mediterránea**: Barcelona, vol. 12, 2006.

SANTOS, Filipe, *et al*. A necrópole da Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência. **Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular, Huelva**. Universidad de Huelva: Huelva, 2009, p. 746-804.

SCHUBART, Hermanfrid. Morro de Mezquitilla, Vorbericht über die Grabungskampagne 1981 auf dem Siedlungshuegel an der Algarrobo-Mundung (II). **Madrid der Mitteilungen**: Mainz, 24, 1983, p. 104-131.

SCHUBART, Hermanfrid. Morro de Mezquitilla, Vorbericht über die Grabungskampagne 1981 auf dem Siedlungshuegel an der Algarrobo-Mundung (I). **Madrid der Mitteilungen**: Mainz, 23, 1982, p. 33-45.



SILVA, Carlos Tavares, *et al.* Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979). **Setúbal Arqueológica**: Setúbal, vol. 6-7, 1980, 1981, p. 149-218.

TORRES ORTIZ, Mariano. Una Colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado durante la Primera Edad del Hierro? In: **Revista Portuguesa de Arqueologia, Lisboa**, 8 (2), 2005, p. 193-214.

VAN DOMMELEN, Peter. Colonialism and Migration in the ancient Mediterranean. **Annual Reviews of Anthropology**: Palo Alto, 41, 2012, p. 393-409.

ZAMORA LÓPES, José Ángel.; AMADASI GUZZO, Maria Giulia. Un ostracón fenicio de Tavira (Portugal). **Vicino Oriente**: Roma, vol 14, 2008, p. 231-240.